

REGRA DE FEEDBACK

(o papel da intuição do falante na especificação de regras,
com especial referência às regras de acento em Português)

Luiz Carlos Cagliari
UNICAMP – IEL

I – O PONTO DE PARTIDA: O MODELO ESTRUTURALISTA

A formulação de regras tem-se apoiado na arquitetura das teorias em que se encaixam (Massini-Cagliari, 1993b). Com relação ao tratamento dos elementos fônicos, na abordagem fonêmica,¹ partia-se de um *corpus*, ou seja, de um conjunto de dados apresentados em sua forma fonética e sobre os quais os procedimentos de análise iam montando o sistema da língua. Depois de estabelecidos os fonemas e os processos fonológicos, chegava-se a escritura fonêmica dos dados. Esta escritura representava os morfemas em sua forma mais abstrata para a representação fonológica da língua. Num nível acima, a morfologia, chegava-se à representação mais abstrata dos morfemas, isto é, à *forma básica* dos itens lexicais da língua. Por exemplo, diante de fatos como (1):

(1)	[pɔ̃tʃi]	(pote)	[tatu]	(tatu)
	[tʃia]	(tia)	[tɔ̃ma]	(toma)
	[tʃimpanu]	(tímpano)	[tɛla]	(tela)
	[tristʃi]	(triste)	[atɛstadu]	(atestado)
	[leijʃi]	(leite)	[peitu]	(peito)

monta-se uma regra que diz que o fonema /t/ tem dois alofones: [t] e [tʃ], o segundo ocorrendo diante de vogal anterior e alta [i] e o primeiro, nos demais ambientes, ou seja, diante de outro tipo de vogal que não seja [i]. Da realidade fonética vai-se facilmente à caracterização fonêmica. Uma vez definidos os fonemas, os alofones são revelados através dos processos fonológicos. No caso (1), estamos diante de uma regra de palatalização. O sistema se constrói de baixo para cima e, uma vez montado, parte das regras que tem para revelar a realidade fonética. Assim, se o léxico tiver uma palavra como /multiplikar/,

¹ Dentro da abordagem estruturalista há várias maneiras de se estudar os sons da fala. A fonêmica pikiana (Pike, 1947) é um bom exemplo; outro, é o modelo de Trubetzkoy 1936 e a fonologia dos Círculos Lingüísticos, sendo em Martinet (1960, 1965) um dos fonólogos mais importantes.

saber-se-á que a regra de palatalização irá produzir foneticamente algo como [muwtʃiplikar] (*multiplicar*).

Vejam, agora, um outro fato através dos exemplos de (2):

(2)	[vila]	(vila)	[xepúblika]	
	[dedu]	(dedo)	[xepúbluka]	(república)
	[bɛla]	(bela)	[ásperu]	
	[bala]	(bala)	[aspuru]	(áspero)
	[bɔla]	(bola)	[pɛrula]	
	[bolu]	(bolo)	[pɛrula]	(pérola)
	[tudu]	(tudo)	[kúmulu]	
			[kúmulu]	(cúmulo)

Os dados em (2) mostram que a qualidade vocálica varia nas sílabas postônicas, mas não variam nas sílabas tônicas. Esta constatação tem dois aspectos: a variação da qualidade vocálica e a localização do acento na palavra. Para a fonêmica, ambos os fatos são detectados simultaneamente, uma vez que se parte da realidade fonética completa. A interação entre os dois fenômenos é óbvia, mas, neste caso, não se sabe bem ao certo se ocorre a redução da qualidade vocálica por causa da atonicidade da sílaba ou se a sílaba é átona porque a variação na qualidade vocálica proíbe que a sílaba seja tônica. Em outras palavras, não se sabe se uma regra ocorre antes da outra e, se for assim, qual viria primeiro. No entanto, uma vez descobertos os processos fonológicos e estabelecido o sistema, as coisas mudam. Como na representação fonêmica dos itens lexicais só ocorrem os fonemas, a variação vocálica passa a ficar dependente da marcação do acento, o qual, por sua vez, também é interpretado como um fonema (do tipo supra-segmental). Assim, diante de uma palavra como /iNpetu/, uma vez que a sílaba tônica é a primeira, as outras duas, por serem postônicas, terão formas alofônicas variantes: [impetu], [impitu] (*impeto*). Se o acento não estivesse sido atribuído à forma básica, não seria possível prever de antemão quais sílabas poderiam suportar um processo fonológico de variação da qualidade vocálica.

Constata-se que, mesmo na fonêmica, o fato de se partir dos dados de um corpus não significa que o sistema faça suas regras a partir da fonética. Pelo contrário, uma vez montado o sistema, este torna-se autônomo e as evidências fonéticas passam a ser o ponto de chegada. Os dados só atuam como procedimentos de descoberta do sistema e até que este fique montado. A partir deste momento, o sistema passa a comandar as regras fonológicas, inclusive estabelecendo uma ordem de aplicação. Por exemplo, com relação aos dados de (1), primeiro deve ocorrer a aplicação de uma regra de palatalização e depois a regra de variação da qualidade vocálica de sílabas postônicas, porque senão, invertendo a ordem de aplicação

destas regras, pode-se perder o contexto propício para a aplicação da regra de palatalização, como se mostra em (3):

(3)	/pɔti/	forma básica
	[pɔtʃi]	regra de palatalização de /t/ diante de /i/
	[pɔtʃi]	regra de abaixamento (variação da qualidade vocálica)
	[pɔke]	aplicação da regra de abaixamento sem palatalização

Segundo esta abordagem, a realidade fonética é a matéria-prima da primeira intuição sobre o funcionamento da língua e o sistema é uma arquitetura construída a partir da reflexão do falante sobre a fala. As generalizações devem ser tiradas do conjunto de dados de que se dispõe e as regras devem abranger todos os fatos encontrados na fala. Neste caso, o problema da adequação é menos importante do que a busca da precisão e abrangência das regras por oposição a resultados *ad hoc*.

Vê-se que, de fato, não se pode dizer com precisão que a fonêmica era uma teoria pura do tipo *bottom-up*. Partir dos dados para as regras era apenas um processo heurístico, utilizado para se chegar à arquitetura do sistema. Uma vez montado o sistema, a teoria não mais funciona no sentido *bottom-up*, mas ao contrário: *top-down*. Diante de um dado não analisado, pode-se traçar sua história fonológica somente com as regras conhecidas, o que dispensa, na prática, os procedimentos heurísticos tão típicos da primeira fase da abordagem estruturalista.

Diante de uma língua desconhecida, certamente o procedimento heurístico da fonologia estruturalista é uma ferramenta muito útil e poderosa. Mas, o que acontece com o falante nativo depois que aprendeu a sua língua nativa? O uso que faz então da língua mostra que, pelo menos muitas vezes, opera no sistema *top-down*. É por isto que procura formas regulares quando não sabe as exceções ou quando está diante de algo desconhecido. A interferência de uma língua em outra também parece ser um caso claro de uso do sistema como ponto de partida para analisar e interpretar fatos novos.

Por outro lado, constata-se também o esforço do falante nativo em comparar formas para chegar a uma regra que o ilumine. Quando solicitado a dar um julgamento sobre a agramaticalidade de um fato, é comum que ele compare um fato com outros semelhantes para fazer seu julgamento. Diante de *[imposível], o falante pensa e chega à conclusão de que, em Português, não há nenhuma palavra com acento no prefixo *im-*, nem na quarta sílaba de palavras.² Nestas ocasiões não são somente as regras interiorizadas que atuam, mas também os procedimentos heurísticos. Parece mesmo que os procedimentos heurísticos agem como uma forma de apoio, para avaliar se uma regra se aplica ou não, se o julgamento deve basear-se

² Uma palavra como *ímpar*, certamente, é uma exceção. Os prefixos *iN-* e *i-* nas demais palavras, são sempre átonos.

em conhecimento já estabelecido ou se o falante encontra-se diante de algo novo e desconhecido, que precisa analisar, checar, para saber se não está diante de uma regra nova. Esta abordagem heurística tem, pois, duas funções distintas: formular regras a partir da análise dos casos e checar a aplicação de regras para julgar a adequação das mesmas. Esta segunda função serve como elemento de re-alimentação para a aplicação da regra. Quando o falante compara a regra com o resultado final obtido através de sua aplicação, pode reavaliar o sistema.³ Os contra-exemplos mostram bem como age este mecanismo. Contra-exemplos criam condições adversas à aplicação de determinada regra, e isto significa que o falante tem não apenas um caminho de ida (*top-down*), mas também um caminho de volta (*bottom-up*). Por exemplo, diante dos fatos apresentados em (1) e da regra de palatalização que o falante já tem interiorizada, encontra um compatriota que fala da forma apresentada em (4):

(4)	[pɔti]	(pote)	[tatu]	(tatu)
	[tia]	(tia)	[ɔma]	(toma)
	[timpanu]	(tímpano)	[tɛla]	(tela)
	[tristi]	(triste)	[atɛstadu]	(atestado)
	[leiti]	(leite)	[peitu]	(peito)

Como o sistema não pode ter um conjunto de regras contraditórias, os novos fatos obrigam o falante-ouvinte da língua a re-organizar o sistema que criou. Passará, então, a dividir os falantes da língua em dois grupos: os que usam a regra de palatalização e os que não a usam. Se o falante só pudesse contar com as regras e, a partir delas, usar a língua, encontrar-se-ia num impasse terrível diante dos novos fatos, como em (4). Porém, como falante, tem em funcionamento ativo não só sua *competência* ou o *sistema estabelecido*, mas ainda os procedimentos de descoberta, operando como re-alimentador dos próprios conhecimentos sobre a linguagem. É por isto que um contra-exemplo não destrói o sistema, mas apenas o aperfeiçoa.

³ Trata-se de um procedimento de *adequação*. Não é possível falar em adequação sem comparar um resultado, com as regras que o produziram e o julgamento de aceitabilidade que o falante deve fazer para se certificar que tudo saiu correto. Este caminho que refaz o processo e o avalia fica claro quando o falante chega à conclusão de que algo saiu errado: imediatamente, passa a duvidar das regras estabelecidas e a procurar uma reformulação das mesmas. Uma gramática que não permitisse tal re-alimentação do sistema jamais poderia ter critérios de adequação: o que foi gerado seria sempre um resultado final acabado.

2 - MUDANDO OS RUMOS: O PONTO DE VISTA GERATIVISTA

Foi justamente através das críticas que se faziam aos procedimentos de descoberta, ao distribucionalismo, separando-os da posse do sistema e dos usos da linguagem que os estudos-lingüísticos inverteram o caminho de análise, que passou a ser exclusivamente do tipo *top-down*, sobretudo em alguns níveis de análise, como a sintaxe e a fonologia. Assim, dentro do quadro da Gramática Gerativa Transformacional, surge a Fonologia Gerativa, que substituiu o *corpus* pela *intuição do sujeito falante* e optou por partir da representação de formas mais abstratas e abrangentes para chegar à representação fonética da fala através de regras fonológicas do tipo derivacional. Embora ocupe um lugar de destaque na teoria gerativa, a intuição do sujeito falante nunca foi discutida em profundidade, sendo, em geral, aceita como um fato inquestionável e presente a todo uso da linguagem. De uma forma mais específica, passou a colaborar mais claramente nos julgamentos de gramaticalidade, dizendo se uma regra era boa ou não, ou até que ponto era melhor ou pior que outra. Os mecanismos formais da teoria tornaram-se tão poderosos e independentes que por si só mostraram princípios universais, oriundos de outras razões diferentes da reflexão do falante sobre sua língua.⁴

Um dos grandes problemas que a Fonologia Gerativa teve que enfrentar foi a questão da adequação, dos distanciamentos entre as formas mais abstratas e a realidade da fala dos indivíduos. Um movimento com interesse particular nesta questão produziu a Fonologia Gerativa Natural.

Nos exemplos de (5), vemos como forma básica elementos mais abstratos do que os fonemas na abordagem estruturalista:

(5)	/eletrik+idadi/	(eletricidade)	cf. elétrico
	/karakitex/	(caráter)	cf. caracteres

A atribuição de graus de acento além do secundário pela Fonologia Gerativa é um bom exemplo do que foi visto como sendo pouco adequado e sem motivação natural para sua postulação.⁵

Esta situação acabou acontecendo por pressões internas da teoria. Uma vez definido um modelo, ele passa a dar conta de maneira adequada de uma quantidade de dados, mas acaba, quase sempre, fazendo malabarisismos formais e interpretativos para que as regras tenham uma abrangên-

⁴ Quando a Filosofia criou a Lógica Maior, sua intenção era justamente livrar-se da linguagem comum. Baseando-se em idéias de ordem matemática, a Lógica é capaz de prever resultados exatos a partir de certas premissas, coisa que nem sempre se pode ter na linguagem natural.

⁵ Trata-se de um caso, típico de resultado obtido por causa do modelo adotado e não a partir da intuição do falante. O modelo gerativo, não raramente, acaba produzindo *efeitos secundários* deste tipo.

cia satisfatória com relação à totalidade da língua em uso. É aqui que a intuição do falante entra em choque com a teoria, ou, pelo menos, fica menos satisfeita. Esta é mais uma evidência para o fato de que o falante não parte de sua *competência* para a *performance*, ou da estrutura profunda para a superficial, como única forma de metalinguagem ou de uso da língua, mas faz também o caminho inverso, ou, pelo menos, torna sua decisão final somente quando compara o que é gerado pelas regras de base com o resultado final apresentado pela gramática. Em outras palavras, o resultado final do processo derivacional também é um *input* para um processo de re-alimentação do próprio sistema.

Outros modelos de análise fonológica mais recentes, como a Fonologia Métrica (Hogg e McCully 1987), com todas as suas variantes (Hayes 1985, Selkirk 1984, Nespore e Vogel 1986, etc.), e os modelos Auto-segmental (Goldsmith 1990, Clements 1991),⁶ de Charme e Governo (Kaye 1985), tratam a realidade fônica das línguas, não a partir de um corpus, mas à moda da Fonologia Gerativa.

3 – A QUESTÃO DOS MODELOS

Os modelos estruturalistas, como a Fonêmica, são caracteristicamente do tipo *indutivo*, ao passo que os modelos gerativistas são do tipo *dedutivo*.⁷ Será que é possível ter um modelo dedutivo-indutivo? Para justificar e exemplificar os processos fonológicos (regras), hoje em dia, a fonologia moderna não trabalha mais a partir de um corpus que coleta a produção de fala corrente de alguns indivíduos, mas a partir de exemplos escolhidos de acordo com a intuição do falante (ou do pesquisador).⁸ Isto, de certo modo, inviabiliza toda abordagem indutiva ou o desejo de privilegiar tal procedimento. No entanto, ao se analisar o comportamento de pesquisado-

res e a maneira como os falantes testam as hipóteses que irão definir as regras, constata-se que o teste de gramaticalidade atua bem no nível fonético: para aceitar ou rejeitar uma forma, o falante diz de várias maneiras, para saber se a forma apresentada representa uma forma aceitável ou não, ou se uma regra é suficientemente precisa e abrangente, ou não. Como o modelo é dedutivo, a forma que aparece nestes testes não pode servir de informação estrutural para que uma regra de um nível mais profundo seja ativada. Como as regras acabam se encaixando numa ordem derivacional, para que o *output* de uma regra possa atuar como *input* de outra regra, as formações que forem aparecendo na derivação só podem ser checadas quanto à sua validade, mas não podem se constituir em elementos decisórios para a aplicação de regras já passadas e de aplicação já concluída.⁹ Este caminho sem retorno revela, na chegada, que o resultado obtido foi, de fato, a motivação para o estabelecimento de fatores, parâmetros, condições e restrições na formulação de regras que se situam num ponto próximo à partida das derivações.

Expectativas deste tipo tem levado a própria fonologia moderna a estabelecer abordagens próprias de sub-especificação (Archangeli 1984). Deste modo, é possível ter uma forma mais básica com características mais gerais e abrangentes – e conseqüentemente mais simples – ocorrendo as diferenciações necessárias numa etapa bem posterior da derivação, quando outras informações forem preenchidas. O uso de *arquifonemas* pode ser visto como um caso particular de sub-especificação (Durand, 1990, p. 157), porque dois fonemas perdem o caráter opositivo num determinado contexto, como se mostra em (6):

(6)	[destʃi]	/desti/	/deSti/	(deste)
	[dezɟji]	/dezdi/	/deSdi/	(desde)
	[kasa]	/kasa/		(caça)
	[kaza]	/kaza/		(casa)

A oposição entre /s/ e /z/ – que ocorria em posição intervocálica – ficou neutralizada diante de consoante, ocorrendo a fricativa sonora diante de consoante sonora e a surda diante de consoante surda. Neste caso, do ponto de vista fonológico, a neutralização de /s/ e /z/ fez com que o sistema interpretasse estes segmentos como sendo apenas *fricativo alveolar*, outras características segmentais ficaram de fora, ou seja, os segmentos fi-

⁶ No modelo auto-segmental do tipo proposto por Clements, por exemplo, como as propriedades são hierarquizadas e apresentadas *in totum*, fica mais fácil de aceitar um mecanismo teórico que leia a gramática como um todo a todo instante, permitindo a instauração de regras de *feedback* do tipo proposto neste artigo.

⁷ Os termos *dedutivo* e *indutivo* não se aplicam adequadamente, embora sejam encontrados com frequência na literatura, referindo-se basicamente aos modelos gerativistas e estruturalistas. A intuição do falante é um procedimento tipicamente indutivo, e as regras que regem os processos fonológicos na fonêmica aplicam-se de forma dedutiva, não indutiva.

⁸ A utilização de *corpus*, é feita em certas circunstâncias, como em pesquisas sobre a aquisição da linguagem e em pesquisas de natureza sociolinguística. Nestes casos, a aplicação de cálculos estatísticos servem de guia para as interpretações linguísticas. Estas abordagens, por outro lado, estão em choque com a abordagem gerativista. Alguns pesquisadores, às vezes, tentam conciliar as duas coisas; sobretudo na área da sintaxe e da linguística histórica, nem sempre muito conscientes ou claros com relação à problemática da incompatibilidade desses procedimentos. Na fonética instrumental, é comum também o uso de *corpus* e de tratamento estatístico em alguns tipos de pesquisa.

⁹ A única possibilidade de *volta* no processo derivacional ocorre com a aplicação de alguma regra cíclica. Na verdade, neste caso, não há retorno, mas reiteração de uma mesma regra até se esgotarem os casos a que ela se aplica. Porém, vendo com outros olhos, nota-se que, neste caso, uma regra segue sua derivação, gera uma estrutura e depois volta *retro* ao seu início para desencadear uma nova derivação. De certo modo, o resultado final *re-alimenta* a regra novamente. A proposta de regra de *feedback* proposta neste trabalho agiria de forma análoga, porém num âmbito muito mais abrangente – sem, contudo, necessitar ser uma regra cíclica.

caram sub-especificados neste contexto. A sub-especificação pode reduzir drasticamente as propriedades de um segmento, como no caso da nasalização, em que apenas se diz que há um traço nasal, como em (7):

(7) /irmaN/	[irmã]	[irmãŋ]	(irmã)
/kaNtu/	[kãntu]		(canto)
/kaNpu/	[kãmpu]		(campo)

Os procedimentos de sub-especificação mostram que o sistema pode ser reestruturado em função de um conhecimento maior dos contextos de aplicação de determinada regra. Ou seja, uma regra é mais abrangente num caso e menos em outro. Ora, isto não poderia ser dado *a priori*, mas apenas como reconhecimento de que, aplicando uma regra mais abrangente – mais para a frente – ela será grande demais para as necessidades locais. Constatado tal fato, volta-se ao ponto de partida e junta-se à regra mais geral as restrições necessárias. Isto mostra, mais uma vez, que não é possível ter uma teoria do tipo *top down* que seguisse rigorosamente um procedimento derivacional sem retornos de realimentação, pelo menos uma teoria que quisesse dar conta de fatos como os encontrados na linguagem humana.

Pergunta-se, pois, se será possível ter não apenas segmentos e traços subespecificados, mas também regras.

REDEFININDO OS CAMINHOS

Uma olhada geral nas exceções e até mesmo na maneira como certas regras agrupam tipos de fatos para dar conta de determinado fenômeno mostra que a decisão sobre o rótulo de exceção ou de categorização de dados para tratamento analítico nas regras está olhando lá na frente, na realidade fonética, uma vez que é a variação encontrada no *output* que obriga a regra – para ser adequada – a proceder corretamente na análise do fenômeno e nos processos derivacionais.

Ora, se uma regra que se situa logo no início do processo de derivação, precisa prever um determinado resultado especial para se estabelecer – tendo em vista este tipo de informação, ou seja, que há um resultado previsível que deverá ser atingido. Ela pode também se servir desta informação para definir os parâmetros orientadores dessas mesmas regras. Deste modo, em vez de produzir uma regra altamente complexa para dar conta de todas as variantes fonéticas, pode definir o essencial, que será completado quando o vazio for preenchido com informações terminais que indiquem de que forma será o *output* final. Uma regra que precisasse de realimentação (*feedback*) para atingir sua completude, não só parece aceitável diante dos fatos apresentados acima, como até desejável, uma vez que

incorpora, de maneira mais substantiva, a intuição do sujeito falante como parte do processo derivacional e não apenas como um elemento que testa a gramaticalidade das regras.¹⁰

Regras muito complexas representam, em geral, generalizações mal feitas. Hierarquizar as regras já alivia, em grande parte, deste fardo. São as “exceções” que costumam sobrecarregar as regras, mas são justamente as exceções que precisam ser tratadas diferentemente. No caso da fonologia – e talvez de outros níveis de análise – as exceções constituem o material mais interessante para a atuação das regras de *feedback*.

As línguas tendem a ser *acumulativas*, ou seja, tem o hábito de incorporar coisas novas, sem deixar de lado as coisas velhas, mesmo quando as novas interferem na ordem estabelecida e na elegância das regras. As exceções, por sua vez, costumam ser o resultado do que a língua faz deste princípio de juntar coisas novas, sem se desfazer das antigas. Este tipo de comportamento é muito claro na fonologia. O linguista não pode (e às vezes nem será capaz) de separar uma coisa de outra, uma vez que as duas realidades se tornaram a língua em uso. Em (8) há palavras incorporadas recentemente à língua e que apresentam padrões fonológicos de sílaba e de acento que criaram exceções para as regras tradicionais da língua. O Português não tinha, antes, palavras que tivessem o núcleo ou a rima ramificados na penúltima sílaba, quando o acento caísse na sílaba precedente (proparoxítonas). O grupo consonantal [v] que representava um vazio de ocorrências (fonotática) na língua, passou a ter um exemplo num nome de origem estrangeira. Nomes estrangeiros que tinham um [h] no onset passaram a ser interpretados como tendo /x/ como fonema do [h], uma vez que entre os alofones possíveis do /x/, na língua, encontrava-se também o [h] (dialeto mineiro, por exemplo). Porém, como estas palavras são escritas com H, e esta letra, nestes contextos, não representa nenhum som (no sistema ortográfico da língua), as palavras estrangeiras, às vezes, passaram a soar sem o som referente ao H. Este fato também trouxe uma pequena mudança na maneira como se relacionava a fala com a escrita e até na especificação de possíveis alofones para o fonema /x/ em certos contextos.

¹⁰ Um campo interessante de investigação – que está sendo cuidado pela neurolinguística – refere-se ao processo de perda da linguagem, causada por patologias neurológicas. Estes processos não ocorrem de forma espelhada, invertida, ao processo de aquisição da linguagem, mas com mecanismos próprios. As pessoas, em casos de anartria, agrafia, alexia, etc. apresentam uma dificuldade enorme em conciliar as informações geradas pelos sistemas linguísticos com os resultados obtidos de fato ao falarem. É uma área de grande interesse para um estudo sobre a ação da intuição do sujeito falante e, conseqüentemente, de possíveis ações de regras do tipo *feedback*. Certamente, nem todas as regras precisam ser deste tipo, mas algumas seriam melhor re-escritas se pudessem ter esta forma, a que chamamos de *Regras de Realimentação*, ou *regras de Feedback*.

(8)	[pênaufi]	/penalti/	(pênalti)
	[ãndersôw]	/aNderson/	(Anderson)
	[vladimir]	/vladimir/	(Vladimir)
	[xônda],[ônda]	/xoNda/	(Honda)
	[ɔw]	/ɔl/	(hall)
	[ãmburger]	/aNburger/	(hamhúrguer)

A ocorrência de palavras proparoxítonas em Português representa uma incorporação de formas latinas adaptadas tardiamente à língua. Este grupo de palavras encontrou acomodação dentro língua, mas complicou bastante a regra de atribuição de acento.

5 – AS REGRAS DE ACENTO

Não se pretende fazer aqui um estudo detalhado e profundo da regra de acento de palavra em Português, mas utilizar da análise deste fenômeno para mostrar a relevância da Regra de Feedback de uma maneira mais detalhada.

A regra de acento, apresentada em (9), foi proposta inicialmente por Mateus (1975, 1983), embora o tratamento dado pela autora ao fenômeno como um todo não tenha sido igual ao do presente trabalho. Outros autores reconheceram que a regra (9) representa uma forte generalização,¹¹ mesmo seguindo outros caminhos para determinar as regras de atribuição de acento em palavras do Português (Andrade e Laks 1991; Bisol 1992a, 1992b nesta revista incluído):

(9) REGRA DE ACENTO DO PORTUGUÊS: **acentue a última sílaba do radical.**

No caso dos verbos, o radical inclui a vogal temática,¹² que será o lugar típico de ocorrência do acento. A regra (9) é uma boa regra e, sem dúvida, reflete o que há de mais típico na língua com relação à atribuição de acento em palavras.

No léxico, os clíticos (me, te, se,...) serão considerados átonos, e algumas preposições (de, em,...) serão marcadas no léxico como átonas. Os prefixos são átonos. Os sufixos verbais são átonos, com exceção da vogal temática. Os sufixos nominais são tônicos, com exceção de uns poucos

¹¹ Duarte (1977, p. 133) fez um levantamento e concluiu: "Em língua portuguesa, uma regra dessa forma responde pela acentuação de 42.520 palavras (28.469 substantivos e 14.051 adjetivos), ou seja, 73% de todos os substantivos e adjetivos captados".

¹² A formação da raiz mais a vogal temática, nos verbos, é conhecida como *tema*. Nos verbos, a vogal temática indica a qual conjugação pertence um verbo. Nos nomes, o morfema de gênero (o, a, e) também é conhecido como *vogal temática*. Nos verbos, a vogal temática é o lugar do acento, ao passo que nos nomes é sempre uma sílaba átona.

que serão marcados como átonos (-ik, -graf, -aco, -fero, -gero, -ulo – mais os sufixos de gênero e de número – cf. (10)).¹³

(10)	[gráfiku]	(gráfico)	[datilɔgrafu]	(datilógrafo)
	[kardiaku]	(cardíaco)	[frutiferu]	(frutífero)
	[lãnijeru]	(lanígero)	[glɔbulu]	(glóbulo)

As palavras tônicas¹⁴ terão o acento atribuído de acordo com a regra (9). Palavras como *casas*, *paredes* são formadas de *cas+a+s*, *pared+e+s*, tendo um radical mais um sufixo de gênero e outro de número. A regra (9) aplica-se sem problemas em palavras deste tipo.

Já em palavras como *telefonema*, *tribo*, *cáqui* fica difícil dizer que a última vogal representa um sufixo de gênero ou de número, mas, talvez haja uma saída, complicando um pouco o que sejam estes sufixos de gênero, o que salvaria a regra (9) também nestes casos.¹⁵

Palavras como *amor*, *funil*, *café*, *vovô* apresentam apenas um radical sem sufixo de gênero ou de número, e a regra (9) aplica-se adequadamente. Convém notar que as oxítonas terminadas em consoante tendem a ter uma vogal epentética (chuá) em certos dialetos de Português, para torná-las mais de acordo com o padrão paroxítono – *jogar = jogare*, *mar = mare*.

¹³ Toda informação sintática ou morfológica utilizada nas regras de acento elimina a necessidade de uso de recursos especiais como extrametricidade ou marcas lexicais para permitir a aplicação adequada da regra. Deste modo a regra fica mais simples e econômica. Somente ficarão marcados de modo especial no léxico, os itens lexicais que não puderem ser identificados pela regra de acento. No nosso caso, isto aplica-se apenas a algumas preposições átonas. Mas mesmo neste caso, poder-se-ia dizer que as preposições monossilábicas são átonas e as não monossilábicas (como *para*, *pelo*) seriam, em princípio, tônicas, podendo ocorrer de forma átona apenas através de regras rítmicas que vão cuidar dos acentos nos grupos tonais.

¹⁴ A regra de localização do acento é uma regra lexical, devendo, pois, ocorrer em algum dos níveis do léxico (Mohanan, 1986; Massini-Cagliari, 1993a; Lee, 1992). Através da regra de atribuição de acento, todas as palavras sairão do léxico definidas quanto à tonicidade. As palavras átonas não recebem a atribuição de acento, uma vez que mostram contextos em que a regra de atribuição de acento não opera. Estas especificações vêm da sintaxe ou da morfologia.

¹⁵ Em primeiro lugar, pode-se admitir facilmente que todo substantivo, adjetivo e pronome (os *nomes*) apresenta, na última sílaba, quando esta é uma sílaba sem coda, um morfema de gênero, se a vogal for /i/, /u/ ou /a/ que foneticamente realizam-se como uma vogal reduzida. O fato de haver *overlapping*, por exemplo, com {o} representando o masculino, como em *terreno* ou o feminino, como em *tribo*, mostra uma complexidade semântica e não um problema para a regra de acento. O mesmo vale para os outros morfemas. Se a última sílaba terminar por /s/, que não seja morfema de plural, como em *lâpis*, *pires*, poder-se também considerar a vogal da última sílaba como contendo um morfema de gênero. Esta é uma maneira um pouco diferente da análise que tradicionalmente se tem feito para este fenômeno (Câmara, 1970, 1981). Quando a vogal não se reduz foneticamente, como em *urubu*, *tupi*, *café*, *vovô*, *vovó*, *jacá*, a última vogal da palavra não representa o morfema de gênero, ou se for o caso, pode-se atribuir a estas palavras um morfema de gênero zero. Duarte (1977, p. 131), segue Câmara (1975, p. 79) e prefere chamar de *vogal temática* (ou de *vogal de classe* – Hooper e Terrell, 1976) as vogais finais dos *nomes* em Português. Os morfemas de gênero formariam um sub-grupo dessa classe maior.

As formas como *jogaire*, mostram que a formação do ditongo na sílaba acentuada reforça a tendência da língua a ser sensível ao peso silábico.

Em palavras do tipo *estopim*, *irmã*, *também*, *irmão* também não há problemas com a regra (9), uma vez que a vogal acentuada é a última vogal do radical e da palavra. Palavras paroxítonas, como *nuvem*, *jovem*, serão tratadas mais adiante.

Em *gratuito*, *período*, *acne*, *afra*, etc., ainda é possível fazer funcionar a regra (9). *Gratuito*, *período* teriam o acento na última sílaba do radical, ou seja, no ditongo: *gratúit-o*, *períod-o*. Notar que, no léxico, a consoante da coda da última sílaba mostra que o Português é uma língua sensível ao peso silábico. Somente depois que o acento for atribuído e que a vogal do sufixo for anexada, haverá a re-silabificação necessária, uma vez que o Português não admite consoante na coda, se a sílaba seguinte não tiver o onset preenchido. forma *gra-tú-i-to* segue as observações gerais feitas para as palavras proparoxítonas, mais adiante.

Quando a palavra não for um nome (substantivo, adjetivo ou pronome) não terá sufixo de gênero. Mesmo assim, constata-se que elas tendem a ser foneticamente paroxítonas, o que implica em ter a última vogal desconsiderada na aplicação da regra (9). Neste grupo de palavras (*gramaticais*), os monossílabos são átonos e os demais são tônicos. Para os tônicos a regra de atribuição de acento (9) prevê que, nestes casos, a última sílaba também deve ser desconsiderada, embora não apresente um morfema de gênero.¹⁶ Este fato, com efeito, faz com que todas as palavras tenham um tratamento igual no léxico no tocante à aplicação da regra de acento: não têm a última vogal (e sílaba) atraindo o acento em nenhuma hipótese. Lembrar que palavras como *café*, *funil*, *amor*, na verdade, possuem um morfema de gênero zero, sem realização fônica, o qual é apagado no *output* do léxico.

Os verbos seguem a regra (9) sem dificuldades: o acento cai sempre na vogal temática. Os poucos problemas que esta regra encontra estão no singular do presente do indicativo e na 3ª pessoa do plural deste mesmo tempo, como se mostra em (11):

(11)	[fál+u]	(falo)	[véNd+u]	(vendo)	[part+u]	(parto)
	[fál+as]	(falas)	[véNd+is]	(vendes)	[part+is]	(partes)
	[fál+a]	(fala)	[véNd+i]	(vende)	[part+i]	(parte)
	[fál+ã+w]	(falam)	[véNd+e+y]	(vendem)	[part+e+y]	(partem)

Tais formas não apresentam o acento na vogal temática. Além disto, o presente do subjuntivo também apresenta os mesmos problemas do presente do indicativo. Porém, se se considerar que estes dois tempos não têm

¹⁶ Uma outra solução, menos desejável, seria considerar a última sílaba deste grupo de palavras como sendo extramétrica e, pior ainda, seria considerar que a língua apresenta, nestes casos, um morfema zero de gênero.

vogal temática, mas apenas um morfema de tempo, então, o tema do verbo (radical + vogal temática) fica reduzido ao radical e, neste caso, a regra de acento, por não encontrar a vogal temática, aplica-se à última vogal do radical (forma reduzida do tema). Assim sendo, os verbos não teriam nenhuma exceção à regra (9).¹⁷

O futuro do indicativo é uma palavra composta da forma infinitiva mais o presente do verbo *haver* e o condicional (futuro do pretérito) é formado com o infinitivo mais o imperfeito do verbo *ir*,¹⁸ como em (12):

(12)	[kânt+a+r # e+i]	(cantarei)
	[vend+e+r # e+i]	(venderei)
	[kânt+a+r # i+a]	(cantaria)
	[vend+e+r # i+a]	(venderia)

Todavia, com a aplicação da regra (9) – sem modificação – algumas palavras acabarão ficando com o acento atribuído à uma sílaba errada. Vamos analisar alguns casos para definir os problemas que a aplicação incondicional da regra geral de acento tem, ou seja, suas exceções.

Como vimos antes, de um modo geral, o Português é uma língua que leva em conta o peso silábico. Este peso é mais relevante quando ocorre ramificação do núcleo do que da rima. Embora os morfemas em sua forma básica possam acabar em muitos tipos de consoantes (cf. observações acima), as palavras terminam somente por uma das seguintes consoantes: /N, R, S, L/, sendo que o /N/, freqüentemente, representa apenas a nasalidade da vogal precedente e o /L/ realiza-se como um glide [w]. Salvo umas poucas palavras, as demais terminadas em /S/ acabam pelo morfema de plural. Também são raras as palavras terminadas em /R/ que sejam paroxítonas. Em (13) mostram-se exemplos de paroxítonas terminadas por consoante:

(13)	caráter	lápiz	órfão	útil
	ímpar	pires	órfã	túnel
	túnel	ônus	jovem	fácil

¹⁷ Embora esta interpretação fuja da forma tradicional com que o assunto tem sido tratado, de acordo com as evidências trazidas pelas regras de acento, percebe-se que o falante interpreta a tradicional vogal temática como se fosse, na verdade, um morfema de tempo, menos na primeira e segunda pessoa do plural. A semelhança fonética com a vogal temática é o motivo pelo qual os gramáticos optaram por considerá-la como vogal temática.

¹⁸ Aqui também há uma divergência com relação à interpretação tradicional (Mateus, 1983) que considera que o condicional é formado também com o verbo *haver* no imperfeito do indicativo. Neste caso, é preciso postular uma estranha queda do radical do verbo, ficando apenas as desinências. Como o Português usa formas como *la cantar*, em vez de *cantaria*, parece mais aceitável analisar o condicional como sendo formado com o infinitivo do verbo mais o imperfeito do indicativo do verbo *ir*.

Os comentários acima mostram que o Português é uma língua mais sensível à ramificação do núcleo do que da rima. Assim, as palavras terminadas em consoante /N, R, S, L/ não teriam a última sílaba pesada por causa da consoante. A maneira como o peso silábico opera nas regras de acento em Português aguarda uma investigação mais detalhada e profunda.

Observar que palavras como *amável* são formadas de *amá+vel* e seguem a regra geral (9). É preciso ficar atento à forma como as palavras são constituídas por seus morfemas. Existem, às vezes, interpretações que remontam a um estágio tão antigo da língua que passam a não fazer mais sentido para o falante atual. Assim, embora haja palavras como *átono*, *áfono*, *amórfico*, parece difícil aceitar que o Português, de hoje, tenha um prefixo produtivo do tipo {a-} que signifique negação. De modo semelhante, uma palavra como *república* não tem um prefixo {re-}, embora exista uma palavra como *pública*. O uso do sufixo {-ik-} também deve ser reconhecido apenas em palavras em que opera atualmente. Assim, pode ser encontrado em *democrático* (confere *democracia*, *democrata*), mas não parece em *república* ou mesmo em *pública*.¹⁹

O caso das paroxítonas terminadas em ditongo revela que estas palavras contêm um ditongo leve ou crescente (14) e nunca um ditongo pesado ou decrescente. Como o ditongo leve representa uma ramificação do onset (consoante mais glide) e não ramificação do núcleo (Silva, 1992), estas palavras seguem normalmente a regra (9).

(14) obséquio	média
dália	contínua

Por outro lado, como a regra (9) produz, na verdade, palavras tipicamente paroxítonas na forma fonética, o falante interpreta que tal forma é o padrão, sendo a forma a ser aceita de preferência, não importando a forma como é conseguida, ou seja, derivada em termos fonológicos. Neste sentido, passa a funcionar uma regra de *feedback*; com relação à regra (9), oriunda da constatação de que a forma fonética observada é, de fato, uma palavra paroxítona. Diante do fato de que o falante não admite que tais palavras sejam oxítonas, a informação retransmitida para a forma lexical básica muda o acento da forma básica, passando da última sílaba para a penúltima e, refazendo-se a derivação, a forma encontrada acabará coincidindo com a forma esperada pelo falante. Notar que, deste modo, as palavras podem ser oxítonas por causa da estrutura morfológica (regra (9)), ou

¹⁹ Como a regra de acento depende crucialmente da formação das palavras na língua, é indispensável que se tenha bem claro como isto acontece. Infelizmente, nesta área reina muita confusão. Alguns estudiosos, por falta de pesquisas mais modernas, costumam basear-se em análises antigas, feitas pelos filólogos e gramáticos tradicionais. A língua tem hoje especificidades próprias e nem toda lembrança de como eram as coisas no latim ajuda a entender o Português de hoje, sobretudo nesta área.

podem ser paroxítonas, por causa da regra de *feedback* que checa na superfície um resultado e re-interpreta o processo de derivação, produzindo as formas corretas esperadas.²⁰

Palavras foneticamente oxítonas, terminadas em vogal, seguidas ou não do morfema de plural, têm sua derivação prevista pela regra geral (9). Se a elas for atribuído um morfema zero de gênero, na forma básica, serão paroxítonas. Outras formas fonéticas oxítonas admitem a aplicação de uma regra de *feedback*, embora não haja necessidade. A regra de *feedback* é apenas um reforço para confirmar a localização do acento.

Obviamente, o fato de algumas palavras acabarem sendo oxítonas, paroxítona ou proparoxítonas é um resultado da história da língua, da origem da palavra, da forma como a língua incorporou a palavra. Se a língua admitiu tais formas, isto significa que tinha à disposição uma estrutura para interpretar tais fatos. Diante de uma palavra nova que precisa ser incorporada e que não se enquadra nos padrões e regras da língua, ou a língua muda as regras ou muda a forma da palavra. A segunda medida é a mais utilizada. Mudar regras é sempre um processo drástico. Por outro lado, como a língua tem muitas regras, umas acabam interagindo com outras e permitindo aparentes exceções. Foi exatamente o que aconteceu com a regra de acento em Português. Portanto, para se entender melhor o fenômeno não basta procurar uma simples regra, mas ainda todos os fatores que, de uma forma ou de outra, podem interferir na regra. É por esta razão que pudemos ter apenas uma regra de localização de acento (9) e dar conta de todas as palavras – algumas se mostrando como exceções de algum modo – uma vez que pudemos encontrar em outras regras justificativas para definir a aplicação da regra única de acento. Esta interação de regras não ocorre apenas no nível lógico, mas até mesmo no nível temporal, reestruturando o próprio processo derivacional.

Esta maneira de ver a língua aplicar regras e interpretar o que acontece pode ser melhor compreendida, quando se observam os *desvios* que os dialetos vão impondo à língua através do fenômeno de variação linguística. Assim, como já comentou Carvalho (1989), a perda do S de plural ajuda a regra de acento, tornando a última sílaba *mais leve*. As reduções que ocorrem com EM que passa a I, como em palavras do tipo *jovem*, *homem* também atuam neste sentido. Vogais nasais podem se reduzir a orais: *imã* – *ima*, *órgão* – *órgo*. Ditongos orais reduzem-se a monotongos, como em: *jóquei* – *jóque*, *vôlei* – *vôle*. etc. Da mesma forma, encontram-se reduções

²⁰ Palavras deste tipo, com ditongo, crescente na última sílaba, poderiam também ser interpretadas como perdendo a vogal da última sílaba. Como o glide pertence ao onset, o acento acabaria sendo atribuído à vogal da sílaba precedente, seguindo normalmente a regra (9). Este grupo de palavras poderia também ser interpretado como fazendo parte das proparoxítonas, com a última sílaba com onset vazio. Neste caso, a variação da qualidade vocálica da penúltima sílaba acontece de maneira semelhante à descrita para as demais proparoxítonas.

de sílabas que tornam palavra proparoxítonas em paroxítonas, como: *abóbora* – *abóbora*, *córrego* – *córrego*, etc. Formas fonéticas do tipo *dalha* em vez de *dália*, ao desfazerem o ditongo, procuram ajustar a palavra à regra (9).

No caso das palavras que se apresentam foneticamente como proparoxítonas (*abóbor-a*, *córreg-o*), ou como paroxítonas terminadas em ditongo (*jóquei*, *vôlei*), tem-se, na última sílaba do radical, uma sílaba com a coda preenchida por consoante ou por glide. Por isto, estas palavras terão, na forma básica, o acento atribuído pela regra (9) e depois modificado pela regra de *feedback*, recuando uma sílaba. Isto mostra que o peso silábico é um fator importante nas regras de acento do Português. Mas, como se disse antes, esta questão precisa de uma investigação mais profunda.

(15) dúvida	pérola
súbito	íntegro
ínterim	república

As palavras proparoxítonas (15) têm sido vistas pelos estudiosos como verdadeiras exceções à regra de acento (9), constituindo-se, pois, em formas marcadas no léxico, por este motivo. Para este grupo de palavras, a solução mais comum é considerar a última sílaba como extramétrica (Bisol 1992, 1992a). Esta solução, no entanto, não cria um contexto favorável à aplicação da regra (9), e, portanto, não parece ser uma boa solução para a presente análise. A única coisa que a extrametricidade faz é forçar um enquadramento das proparoxítonas no grupo geral de palavras paroxítonas.²¹ Uma solução mais drástica é tirar a vogal final – por ser um sufixo de gênero – como se faz com as paroxítonas e depois considerar a sílaba que contém uma vogal mais próxima do final da palavra como sendo extramétrica, o que levaria o acento a incidir na sílaba anterior, definindo assim o local exato do acento nas proparoxítonas. Esta análise, porém, é muito *ad hoc*. Para quem opta pela formação de pés binários com cabeça à esquerda (Bisol 1992, 1992a), bastaria considerar a última sílaba das proparoxítonas como extramétricas. Neste caso, a atribuição do acento encontraria dificuldades para lidar com as palavras oxítonas, cuja última sílaba não fosse pesada, como *café*, *urubu*, etc. Uma outra solução seria considerar que o Português tem também pés ternários, solução pouco considerada pelos estudiosos até agora. Uma análise em termos da fonologia moraic de Hayes (1989), como proposta por Bisol (1992), necessita pré-atribuir uma mora baseada na estrutura silábica (fonotática) e também na duração (oxítonas...), o que resolve o problema do acento, mas introduz uma inter-

²¹ Como esta forma paroxítona ocorre apenas no léxico e não na representação fonética, não faz sentido, aqui, aplicar uma regra do tipo *feedback*, que apelaria para o *padrão geral* das palavras da língua. Por outro lado, tal regra não funciona no léxico, como mostra a própria regra (9).

pretação da duração anterior ao acento na língua. Se é para atribuir às sílabas moras específicas, isto pode ser feito de modo a dispensar completamente a preocupação com a atribuição de regras de acento por outra via, uma vez que, através da especificação das moras, já se define o padrão acentual das palavras. Aliás, a especificação das moras, aparentemente, não teria outra função senão esta, de definir o padrão acentual das palavras.²² Isto equivale a marcar, já no léxico, o acento (ou moras) para todas as palavras.

No caso das proparoxítonas, já foi lembrado que a penúltima sílaba nunca tem a rima ramificada, sendo sempre uma sílaba leve. Este fato é sintomático e pode ser usado como motivador para a aplicação de uma regra do tipo *feedback*. Ou seja, se uma palavra tiver a penúltima sílaba leve, confira foneticamente se a vogal desta sílaba pode variar (abaixamento – abaixamento) ou não. Se puder variar, esta sílaba não pode receber o acento. Se não puder variar, deverá receber o acento. Assim, uma palavra como *dúvida* pode ter na penúltima sílaba uma vogal anterior alta com leve abaixamento e centralização, ou seja, pode-se dizer [dúvida] ou [dúvlda]. Pelo fato de permitir esta variação, o acento não pode cair nesta sílaba. Por outro lado, uma palavra como *divida* só pode ser realizada foneticamente com uma vogal anterior alta, sem abaixamento nem centralização: [duvida] – *[dúvlda]. O mesmo se constata para uma palavra como *pérola* que pode ser [pɛrula], [pɛrola] ou até [pɔrɔla]. Portanto, a palavra é proparoxítona.

Uma questão importante, a ser considerada, é como interagem as regras de variação da qualidade vocálica com a regra de acento, proposta neste trabalho. Obviamente; a regra (9) aplica-se primeiro e as regras de variação da qualidade vocálica, depois. Aqui, não há nada de novo com relação à análise tradicional que considera que a variação vocálica depende do acento. Portanto, o acento deve vir antes. A regra (9) é uma regra lexical e as regras de variação vocálica são pós-lexicais. Exceto algumas palavras, que precisarão da regra de *feedback* para gerar formas corretas, como as proparoxítonas e algumas paroxítonas com a coda da última sílaba

²² A duração (moras) é uma propriedade que não tem encontrado lugar nas formas básicas dos itens lexicais, mas aparece apenas como efeito posterior (geminção, vogal longa, etc...). Se a fonologia moraic derivasse as moras da estrutura silábica, seria inútil – o peso silábico já faz algo semelhante. Por outro lado, quando define padrões de duração, define, ao mesmo tempo, tudo o que, depende da duração, como o acento e o ritmo. Desta forma, as regras de acento e de ritmo mostram-se secundárias e até mesmo inúteis. Mas isto vai contra a intuição do falante. A duração parece ser mais um efeito do que uma causa, um típico fator prosódico da língua e não um elemento da forma básica dos morfemas (Massini-Cagliari, 1992). Quando houver mais pesquisas na linha da fonologia moraic talvez tenhamos uma idéia mais clara de sua relevância na descrição fonológica. O artigo de Hayes e de Bisol mostram fatos interessantes, mas as consequências da teoria ainda não estão bem claras, sobretudo quando se olha a prosódia e as regras de acento.

preenchida, como no caso de *útil, nuvem, éter, lápis*, as demais não alteram a localização do acento no processo derivacional.²³

Um nome próprio vindo de empréstimo como *Anderson* aparece na fala como [ãndersõu] ou [ãderso] ou até [ãdiso]. Estas formas variantes mostram que a língua tem uma tendência a deixar de lado formas desviantes do padrão e tentar regularizá-las de acordo com as regras gerais. Curiosamente, é justamente nos dialetos mais cultos que as formas de exceção duram mais. Nos dialetos do povo com menos instrução, palavras importadas, como esta, acabam logo assumindo uma forma perfeitamente adaptada aos padrões gerais da língua.

Deve-se notar, entretanto, que a regra exposta acima não interfere com as paroxítonas, uma vez que estas não variam a qualidade vocálica da penúltima sílaba. Também não há confusão com as oxítonas, uma vez que elas são acentuadas de acordo com a regra (9).

Esta última regra de *feedback* leva em consideração um fato já conhecido da fonológica do Português que diz que, fora da sílaba tônica, ocorrem processos fonológicos de alçamento ou de abaixamento da qualidade vocálica. No modelo baseado na fonologia gerativa, o ordenamento das regras disciplinava de tal modo a aplicação das regras que deixava a regra de acento sem relação direta com a regra de alçamento ou de abaixamento. Primeiro vinha a regra de acento e, depois, a de mudança da qualidade vocálica. Carvalho (1989) tentou fazer a regra de acento depender da especificação da qualidade das vogais, porém sua regra não esclarece em que circunstâncias as qualidades vocálicas são atribuídas, uma vez que, certamente, não partem da forma básica com uma definição fonética já acabada.

Dissemos acima que, no caso dos ditongos leves (crescentes), o glide é parte integrante do onset e não do núcleo. Como, porém, a língua pode sempre interpretar um ditongo crescente como sendo a seqüência de duas vogais (hiato), o acento, nestes casos, não pode passar da sílaba anterior a estas vogais, porque senão criam-se iam palavras com acento na sílaba que precede a antepenúltima. Em Português, pode-se dizer *acentúe, anomalia*, etc, mas não palavras do tipo **fâmilia, *anômalia*, etc. (Thais 1992).

Palavras como *tórax, látex* (com sílaba super-pesada – em termos de fonologia moraic) podem ser interpretadas como foi feito para as paroxítonas terminadas em consoante. Em português, a coda admite ramificação com [s] ocupando o segundo lugar, como em *perspectiva, solstício, júniors, júpiters*, etc. Aliás, o onset também aceita tal ramificação, como em *psicologia, rapsódia*, etc. A língua, no entanto, procura evitar não levar em conta o peso silábico e se uma palavra como *tórax* pode ter a forma fonéti-

²³ A relação entre a regra de acento e as regras que regem os processos de variação da qualidade vocálica das sílabas não tônicas em Português é muito complexa e exige que se mostre, em detalhes, todo o processo de derivação. Pretende-se tratar deste assunto num outro trabalho.

ca [tóraks] (ao lado de [tórakis]). A língua tem uma tendência a não gostar muito deste tipo de palavra (com razão). É por esta razão que palavras novas ou inventadas para fins comerciais, quando terminam por X, são pronunciadas como oxítonas: *pirex, xerox*, etc. Neste caso, o acento é atribuído pela regra (9).

Com relação à distância que o acento pode ter com relação ao fim da palavra, a Língua Portuguesa tem, de fato, uma restrição de janela (Bisol 1992, 1992a); o acento só pode cair em uma das três últimas sílabas da palavra, desde a forma básica até a forma fonética, ou seja, sempre. Quando, em formas derivadas, ao radical se juntam sufixos que violam este princípio, o acento se desloca, como em: *tórax – torácico, república – republicano*, etc.

Palavras como *técnica, elíptica* causam problemas quer para a regra de acento (restrição de janela) quer para a estrutura silábica – complexidade maior nos segmentos que podem ocorrer na coda. Pela regra de *feedback* aplicada às proparoxítonas, ao se verificar se a qualidade vocálica da penúltima sílaba pode ou não variar, chega-se facilmente à conclusão de que o acento deve preceder a penúltima sílaba, ou seja, a palavra é proparoxítona. Esta interpretação considera que, na forma básica destas palavras, a coda apresenta os elementos [k], [p], etc. na antepenúltima sílaba, sem a vogal (epentética) do tipo /tékínika/, /elípitika/, etc. que será atribuída posteriormente. A possibilidade fonética de o acento cair na quarta sílaba de uma palavra deve ser interpretada não como uma regra de localização de acento em palavras (neste caso, elas são, de fato, proparoxítonas), mas de acordo com as regras rítmicas que organizam a tonicidade em grupos tonais. Em outras palavras, trata-se, neste caso, de uma regra prosódica.

Quando se re-interpretam os acentos de palavras para a definição rítmica dos pés nos grupos tonais (Halliday 1970, 1973; Cagliari 1980, 1981 e 1992), entre uma sílaba tônica e outra, podem ocorrer mais de duas átonas. Isto torna-se mais evidente, quando se leva em consideração que há morfemas átonos na língua, como os clíticos e outras palavras gramaticais, as quais também precisam se enquadrar no discurso em seus respectivos lugares. Quando se diz, por exemplo: Pedro se *machucou*, entre a primeira sílaba tônica *PE* e a segunda *COU*, existem quatro sílabas átonas. Neste caso, a restrição de janela não foi violada, uma vez que ela se aplica apenas na localização de acentos em palavras e não nos grupos tonais.

Como palavras isoladas constituem também grupos tonais (Cagliari 1980, 1981), a influência das regras de localização de acento em palavras isoladas, e as regras de ritmo e euritmia dos grupos tonais têm uma interdependência muito grande. Neste caso, certamente, encontram-se também regras do tipo *feedback*.

Foi escolhido o caso da atribuição de acento em palavras para explicar melhor como funciona na prática uma regra do tipo *feedback*. Como o modelo teórico de fonologia que se pratica hoje é do tipo gerativo, uma regra do tipo *feedback* não encontra acolhida no modelo tal qual estabelecido. No entanto, parece ser um tipo de regra muito útil não só para lidar com fatos fonológicos, mas com qualquer tipo de fato gramatical. Seria uma regra do tipo integrador dos componentes, uma espécie de ponte entre eles, um duto que levaria informação de uma parte da gramática para outra, alimentando regras mesmo antes de se aplicarem, fornecendo informações do futuro de uma derivação antes mesmo que ela dê a partida.

Quando a fonologia trata um elemento como extramétrico ou torna-o flutuante, este procedimento só se justifica plenamente se se admitir uma regra do tipo *feedback* por trás das decisões tomadas, caso contrário, tornam-se completamente *ad hoc*. Por outro lado, noções como a extrametridade e como a flutuação de elementos num determinado momento da derivação são maneiras que atuam não só na fonologia, mas em toda a gramática, inclusive na sintaxe. Este assunto não será abordado aqui, mas se constitui em curioso objeto de pesquisa. Sem um princípio de *feedback* gramatical, algumas regras tornam-se complexas demais e até antiprodutivas com relação à intuição que o falante tem de sua língua, porque ele, certamente, tem as duas pontas unidas e interligadas: a forma subjacente e a realização fonética. A intuição do sujeito falante tem como função precípua fazer esta ponte na arquitetura das línguas.

7 - BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ernesto d' e LAKS, Bernard (1991) "Na Crista da Onda: O Acento de Palavra em Português". Universidade de Lisboa e CNRS (Manuscrito).
- ARCHANGELI, Diana (1984) "Underspecification in Yawelmani Phonology and Morphology". Ph. D. Dissertation, MIT, Cambridge, Mass.
- BISOL, Leda (1992) "O Acento: Duas Alternativas de Análise". Porto Alegre: UFRGS/PUCRS (Manuscrito).
- _____. (1992a) "O Acento e o Pé Métrico Binário". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 22, pp. 69-90.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1980) "Investigando o Ritmo da Fala". *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUCSP, pp. 290-304.
- _____. (1981) "Elementos de Fonética do Português Brasileiro", Tese de Livre Docência, UNICAMP, CAMPINAS.
- _____. (1992) "Da Importância da Prosódia na Descrição de Fatos Gramaticais". *Gramática do Português Falado - Níveis de Análise Linguística*. Rodolfo Ilari (org.), Campinas: Editora da Unicamp, Vol. II, pp. 39-64.
- CÂMARA Jr., J. M. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

- _____. (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda.
- _____. (1981) *Problemas de Linguística Descritiva*, 10 ed., Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Joaquim Brandão de (1989) "Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns". *Linguistics*, 27, pp. 405-436.
- CLEMENTS, George (1991) "Place of Articulation in Consonants and Vowels: a unified theory". *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, 5, pp. 77-123.
- DUARTE, Yara C. M. A. (1987) "As Regras de Atribuição do Acento Primário em Língua Portuguesa". Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília.
- DURAND, Jacques (1990) *Generative and Non-linear Phonology*. London: Longman.
- GOLDSMITH, John (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil Blackwell.
- HALLIDAY, M.A.K. (1970) *A Course in Spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press.
- _____. (1973) "The Tones of English". *Phonetics in Linguistics*, ed. by W. E. Jones and John Laver. London: Longman, pp. 103-126.
- HAYES, Bruce (1985) *A Metrical Theory of Stress Rules* New York: Garland Publishing, Inc.
- _____. (1989) "Compensatory Lengthening in Moraic Phonology". *Linguistic Inquiry*, vol. 20, N. 2, pp. 253-306.
- HOGG, Richard and McCULLY, C. B. (1987) *Metrical Phonology: a Coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOOVER, J. B. and TERRELL, T. (1976) "Stress Assignment in Spanish: a natural generative analysis". *Glossa*, 10, pp. 64-110.
- KAYE, Jonathan D., LOWESTAMM, Jean and VERGNAUD, J.-R. (1985) "The Internal Structure of Phonological Elements: a theory of charm and government". *Phonology Yearbook 2*, pp. 305-328.
- LEE, Seung-Hwa (1992) "Fonologia e Morfologia Lexical do Português". (Manuscrito).
- MASSINI-CAGLIARI, G. (1992) *Acento e Ritmo*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____. (1993a) "Os Parâmetros do Ritmo do Português Vistos pela Fonologia Métrica". *Estudos Linguísticos XXII - Anais de Seminários do GEL*. Ribeirão Preto: GEL, Instituição Moura Lacerda. Vol. I, pp. 938-945.
- _____. (1993b) "Sobre o Acento de Palavra em uma Teoria Fonológica". A ser publicado nos Anais do XLI GEL.
- MARTINET, André (1960) *Eléments de Linguistique Générale*. Paris: Librairie Armand Colin.
- _____. (1965) *La Linguistique Synchronique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1975) *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- _____. (1983) "O Acento de Palavra em Português: uma nova proposta". *Boletim de Filologia*, 27, pp. 211-229.
- MOHANAN, K. P. (1986) *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- NESPOR, Marina & VOGEL, Irene (1986) *Prosodic Phonology*. Dordrecht - Holland: Foris Publications.
- PIKE, K. Lee (1947) *Phonemics: a Technique for Reducing Language to Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Publications in Linguistics, 3.

- SELKIRK, Elisabeth (1984) *Phonology and Syntax: the Relation Between Sound and Structure*. Cambridge: MIT Press.
- SILVA, Thais Cristóvão Alves da (1992) *Nuclear Phenomena on Brazilian Portuguese*, Ph. D. Thesis. School of Oriental and African Studies, University of London.
- TRUBETZKOY, N. (1969) *Principles of Phonology*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.